VIA MUNDI

ISSN 1518-1227 Nº 1 JUL-SET – 2000

BOLETIM DE ANÁLISE DO ESTADO DA ARTE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SUMÁRIO

RIO-BRANCO E AS FRONTEIRAS DO BRASIL
Eiiti Sato

AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E AS NAÇÕES UNIDAS: UMA AVALIAÇÃO DO RELACIONAMENTO
Dermeval Aires Jr

A DIPLOMACIA BRASILEIRA PERANTE A QUESTÃO DA SAÚDE
Indira Bastos Marrul

A POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA EM FACE DE 5 SÉCULOS
Marcos Neiva

INVESTIMENTOS EXTERNOS NO BRASIL: UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA
Heloisa Conceição Machado da Silva

A NOVA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA
Hellen Leonel Marques

BALANÇO DO FINAL DO MILÊNIO
Cristina Soreanu Pecequilo

CRONOLOGIAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL
Virgílio C. Arraes

GUIA PARA INVESTIMENTOS EXTERNOS AO BRASIL
Orlando G. Panplano Jr.

Carta do Editor

É fato que o campo de estudos ligado às relações internacionais amplia-se sustentadamente no Brasil, com a criação de novos centros de pesquisa e ensino e com a consolidação dos primeiros catálogos editoriais integralmente dedicados aos temas da área. Com o objetivo de acompanhar e avaliar criticamente o estado da arte em relações internacionais e áreas conexas e de constituir uma ferramenta importante para a universalização do conhecimento especializado, o Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (REL-UnB), o mais tradicional centro de pesquisa e formação de recursos humanos especializados do Brasil, oferece à comunidade o seu boletim *Via Mundi*, que publicará avaliações sobre a produção científica e de alta vulgarização em relações internacionais e política exterior do Brasil.

Via Mundi é um boletim trimestral que publica análises acerca da produção bibliográfica brasileira e estrangeira sobre a grande área de relações internacionais, onde se inclui direito internacional, política internacional e comparada, economia política internacional, história das relações internacionais, política exterior do Brasil e temas globais (direitos humanos, meio-ambiente, ilícitos transnacionais, corporações transnacionais etc). *Via Mundi* constitui um cuidadoso acompanhamento da dinâmica da produção científica especializada em relações internacionais, na forma de resenhas e artigos de resenhas dos principais lançamentos editoriais feitos no Brasil e no exterior.

Rio Branco e as Fronteiras do Brasil*

Eiiti Sato**

O cientista político Seymour Lipset, em palestra proferida recentemente na Universidade de Brasília, observava que, nos Estados Unidos, a imagem geralmente associada a George Washington "é a de um quadro na parede". Lipset argumentava que essa imagem não faz justiça ao verdadeiro significado de Washington para a consolidação da independência americana. Relativamente a outras figuras da história dos Estados Unidos, como Lincoln e Jefferson, cujas vidas e obras têm sido exaustivamente estudadas, Washington tem recebido muito pouca atenção dos historiadores e, assim, na avaliação de Lipset, o papel crucial desempenhado por ele na construção da democracia americana tem sido subestimada.

No Brasil, com uma tradição muito mais modesta de estudo da história nacional, essa observação de Lipset acerca de George Washington pode ser generalizada e estendida a praticamente todas as figuras consideradas como "grandes vultos" de nossa história. Recentemente, a publicação pelo Senado Federal de *Rio Branco e as fronteiras do Brasil*, de A. G. de Araújo Jorge, constitui valiosa contribuição para reduzir esse *gap* de conhecimento histórico acerca de quem foi e da enorme importância da obra de Rio Branco para a consolidação da nação brasileira. Na verdade, trata-se de uma reedição, uma vez que esse trabalho já foi publicado em 1945, por ocasião do centenário do nascimento do Barão. Meio século depois, exemplares daquela edição encontram-se disponíveis apenas para consulta em bibliotecas ou em acervos particulares de historiadores e bibliófilos. Assim, essa reedição feita agora pelo Senado Federal significa ampliar substantivamente o acesso a essa importante peça da historiografia da diplomacia brasileira.

Araújo Jorge nasceu quando o Império chegava ao fim e iniciou sua atividade na diplomacia em 1905, com 21 anos, como auxiliar na missão brasileira junto aos Tribunais Arbitrais Brasil-Bolívia e Brasil-Peru. A partir de 1907, no entanto, passa a atuar no

Gabinete do Barão do Rio Branco, tornando-se um de seus principais auxiliares. Essa condição, além de permitir-lhe conhecer de perto a personalidade e o pensamento do Barão, possibilitou também ter acesso à documentação que servira de base para as negociações conduzidas pela Chancelaria brasileira desde o Império, em especial, aquelas nas quais Rio Branco teve participação decisiva. Muito embora o livro trate essencialmente das questões de fronteira, oferece também pistas sobre aspectos mais gerais relativos à figura e à obra do Barão. A chamada "aliança não escrita" entre Brasil e Estados Unidos, por exemplo, que teria caracterizado a estratégia geral de ação externa da gestão Rio Branco, deve ser confrontada com a prioridade dada aos esforços para assentar as questões fronteiriças ainda pendentes. Independentemente das explicações de ordem teórica a respeito de identidades que poderiam aproximar as duas nações nas negociações sobre fronteiras, era evidente a importância dos Estados Unidos. No caso das Missões, o próprio Presidente Cleveland atuou como árbitro, mas, nas outras questões, a participação da diplomacia norte-americana se faria sentir de um modo ou de outro, direta ou indiretamente. O fim do século XIX testemunhava a vertiginosa ascensão dos Estados Unidos como grande potência mundial, com todas as implicações para as relações internacionais no Continente, que se traduzia de modo visível na política do *big stick* do primeiro Roosevelt. Não se trata de obra laudatória. Escrito com estilo elegante, mas simples e objetivo, condizente com a sobriedade do tema, o autor analisa com amplitude os aspectos históricos e geográficos bem como as circunstâncias políticas em que as negociações foram conduzidas.

O relato das negociações forma um painel ilustrativo do Brasil que consolidava o regime republicano, e onde a figura do Barão vai se destacando como uma das mais representativas de seu tempo, apesar de sua discrição e de sua índole voltada para o recolhimento. Sua geração, marcada pelos românticos como Álvares de Azevedo, Fagundes Varela e Castro Alves, também produzia os homens combativos e de formação requintada como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e ele próprio. Para o Brasil, aparentemente, foi uma dessas felizes coincidências que permitiu contar com Rio Branco naquele momento. A forma como Rio Branco conduziu a questão do Acre ilustra muito bem esse aspecto, que transparece no relato de Araújo Jorge.

A questão do Acre

As negociações de fronteira com a Bolívia mostram o pleno conhecimento de Rio Branco sobre a questão em litígio tanto do ponto de vista geográfico e histórico quanto do ponto de vista do direito internacional. Essa questão, no entanto, serve para mostrar muito mais. O equilíbrio com que Rio Branco conduz as negociações no sentido de um acordo envolvendo o pagamento de quantia em dinheiro, compensações territoriais e um compromisso de facilitar o transporte para produtos bolivianos resultava de sua acurada percepção sobre a ordem política regional e internacional, onde questões de fronteira tornavam-se facilmente motivo de conflitos

* JORGE, A. G. de Araújo. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco.* Brasília: Senado Federal, 1999. 165 p.

** Professor Doutor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

desastrosos. Na Europa, o fervor nacionalista, de base territorial e étnica, iria produzir uma das maiores tragédias onze anos mais tarde e, na América do Sul, haveria uma sucessão de conflitos decorrentes de disputas de fronteira, dentre as quais a Guerra do Chaco seria o mais trágico exemplo.

Essas negociações serviram também para revelar outra dimensão da extraordinária lucidez política de Rio Branco: a forma com que entendia o papel dos homens de valor em relação à política de seu tempo. Com efeito, a forte oposição nacionalista no Brasil, aos termos em que se configurava o acordo de aquisição territorial no caso do Acre, contava com a simpatia de lideranças importantes entre as quais se destacava Rui Barbosa que, juntamente com Assis Brasil, trabalhava com o Barão do Rio Branco nas negociações com o governo boliviano. Um mês antes da assinatura do Tratado de Petrópolis, que selaria o acordo com a Bolívia, Rui envia carta de renúncia deixando formalmente de colaborar com Rio Branco nas negociações. As repercussões foram expressivas, especialmente na imprensa, que discutia acaloradamente a questão.

A resposta de Rio Branco, no entanto, veio serena e praticamente encerrou o episódio. Escrita com requintada elegância, mas revelando todo o cuidado e precisão que a delicada situação exigia, a carta de Rio Branco a Rui Barbosa aceita as razões do eminente tribuno mas explica os motivos por que, no seu entendimento, as negociações deveriam seguir aquele curso. Esse documento constitui peça de valor realmente histórico para o País, sendo de fundamental importância para se compreender o caráter da política externa do País naquele momento e também revela a rara sensibilidade humana e política do Barão no que tange ao trato com as pessoas. Com efeito, Rui Barbosa, cuja personalidade estava muito longe de ser de trato fácil, não teria aceitado das mãos do próprio Rio Branco, em 1907, a representação do Brasil na Conferência da Haia, a menos que o respeito mútuo tivesse sido mantido em nível muito acima das eventuais divergências políticas. Assim, não seria exagero dizer que parte do brilho de Rui, e do Brasil na Conferência de 1907, também, se deveu a esse espírito conciliador, no melhor dos sentidos, que soube trazer para a diplomacia brasileira uma inteligência vigorosa e combativa como a de Rui Barbosa.

A opção pela compra do território nos termos em que foi feita, relata Araújo Jorge, derivava não da incapacidade do Barão em justificar a demanda brasileira, mas sim do seu enorme conhecimento do Direito, da História, da Geografia e, neste caso, das graves conseqüências políticas para o País, que poderiam advir de um ajuste infeliz da questão. Diferentemente das questões de limite com a Argentina (Missões) e com a França (Amapá), resolvidas pelo recurso do arbitramento, na questão do Acre, Rio Branco tinha consciência da existência de fundamentos sólidos de direito de soberania da Bolívia sobre substancial parte da região. Entretanto, o processo de ocupação do território, basicamente por brasileiros, e a posição geográfica que tornava o território dependente das vias fluviais brasileiras, fizeram com que o governo boliviano visse na alternativa do arrendamento a um consórcio privado anglo-americano uma forma de auferir ganhos com a exploração econômica do território. A crise que se seguiu, que incluiu até mesmo o deslocamento de tropas para o Acre, poderia ter assumido trágicas proporções e o recurso pacífico que restava era a aquisição do território em condições consideradas honrosas para ambas as partes. Agora, passados o calor e a emoção dos debates, percebe-se o acerto da escolha.

O estadista e seu tempo

A relação entre o estadista e seu tempo é um desses temas que tem ocupado a reflexão e a imaginação dos homens. As tragédias gregas ilustram toda a intensidade da angústia do governante e da própria condição humana diante do destino inexorável. Mais tarde, Shakespeare iria retomar essa temática mostrando que, mesmo dentro de um mundo diferente, após mais de um milênio de cristianismo, o homem continuava convivendo com o mistério insolúvel da relação entre vontade e destino. Na história, a questão se apresenta sob outros matizes: Lincoln foi o homem certo para a sua época e a liderança de Churchill foi fundamental para a Grã-Bretanha na Segunda Guerra Mundial. Obviamente, na história não existe o se, mas é inevitável que o historiador se pergunte: o que teria sido do governo Lincoln, e da própria vida política de Lincoln, se não tivesse havido a questão da escravidão e a Guerra Civil? Não teria sido ele, em sua época, apenas mais um dos muitos obscuros políticos do interior? Mas também caberia perguntar: qual teria sido o destino político dos Estados Unidos se, naquele momento crucial de sua história, não houvesse aquele estadista vindo das pradarias?

Obviamente, a vida e a obra de Rio Branco não se revestem da mesma dramaticidade que cercou a passagem de Churchill e de Lincoln pelas páginas da história de seus países, mas é impossível não perceber na trajetória de Rio Branco essa misteriosa presença do destino. Após anos na Europa, como Cônsul em Liverpool, vivendo uma vida quase monástica de recolhimento e de estudo, em abril de 1893, é nomeado Ministro Plenipotenciário para chefiar a missão especial brasileira em Washington na questão de fronteira com a Argentina a ser arbitrada pelo Presidente dos Estados Unidos. Esta seria apenas a primeira das questões de limite conduzidas e assentadas por Rio Branco nas quais a habilidade do negociador somente teria condições de ter sucesso a partir de um sólido conhecimento do Direito Internacional, da Geografia e, sobretudo, da História. Sua paixão pelo estudo da História vinha desde os tempos de estudante de direito em São Paulo. Sobre esse gosto de Rio Branco pela História, conta Assis Brasil, que "(...) entre as relíquias que guardarei sempre,(...) tenho um exemplar de Titara sobre os nossos conflitos no Sul; quase cada página desse livro único está literalmente coberta de notas, comentários, chamadas, esboços de mapas, figurinos históricos de soldados, caricaturas, garatujas, tudo obra de sua mão, quando estudante em São Paulo". E foi quando, ainda Cônsul em Liverpool, pensava justamente em dedicar-se a escrever uma história dos conflitos e disputas na região do Prata é que recebe a incumbência de chefiar a missão brasileira no processo de arbitramento com a Argentina. Esta foi apenas a primeira das missões para as quais aparentemente o destino o havia preparado desde a sua mocidade.

As Organizações Não Governamentais e as Nações Unidas: uma avaliação do relacionamento*

Dermeval Aires Jr**

No decorrer dos últimos anos, o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco tem agraciado o público brasileiro de Relações Internacionais com contribuições acadêmicas importantes, por meio de seus estudos de política externa e temas da atualidade. As reflexões de alto nível produzidas no CAE possuem como autores diplomatas em estágio avançado da carreira. Suas monografias possuem um alto grau de refinamento conceitual e uma ampla pesquisa empírica, geralmente enriquecida pela prática do contato direto com os temas da realidade internacional ora em tratamento.

Nesta resenha, examina-se a tese apresentada, em 1997, pelo diplomata Ricardo Neiva Tavares, intitulada *As Organizações Não Governamentais nas Nações Unidas*. O trabalho empírico, conduzido pelo autor por aproximadamente dois anos, é complementado por sua experiência profissional junto ao Conselho Econômico e Social – ECOSOC, precisamente o fórum de maior importância para a atuação das ONG's dentro das Nações Unidas.

Simples em sua linguagem, o texto é bem escrito e bem revisado. O autor apresenta um estilo enxuto e objetivo e traz uma grande quantidade de informações aos leitores iniciantes, com algumas ponderações instigantes à discussão entre aqueles mais especializados. Neiva Tavares se baseia em um extenso material bibliográfico, composto por documentos oficiais produzidos na ONU, periódicos de ampla circulação ou especializados e obras teóricas e analíticas reconhecidamente relevantes. A abordagem teórica e analítica é eclética, ou seja, busca compreender e explicitar o fenômeno das ONG's, resenhando e comparando diferentes perspectivas, ao invés de fazê-lo valendo-se de um instrumental teórico específico em grande profundidade.

Três partes compõem a tese. A primeira delas compreende uma caracterização histórica das origens das Organizações Não Governamentais e explicita as dificuldades para a sua definição conceitual. Desde o princípio da ONU, a possibilidade de uma definição unívoca para as ONG's tem sido motivo de grande discussão e indecisão, uma vez que as próprias ONG's assumem formas, tamanhos, fontes de financiamento, número de membros, objetivos, meios, mecanismos internos, capacidades e motivações tão variadas que impossibilitam uma categorização precisa, capaz de abarcar sucintamente a riqueza e a diversidade do fenômeno. Nesta etapa, apresenta-se também a definição jurídica brasileira para as ONG's.

A segunda parte do trabalho consiste em um apanhado histórico sobre a atuação das ONG's dentro das Nações Unidas. Disserta-se caso a caso a respeito de variados temas, a saber: Direitos Humanos, Assistência Humanitária, Desenvolvimento Econômico e Social, Meio Ambiente, Populações Indígenas e Situação da Mulher. Sobre cada um deles, apresentam-se dados históricos relativos às discussões já ocorridas, além das presentes. Definem-se também os atores e momentos mais relevantes de cada área.

Tradicionalmente, a presença das ONG's dentro da ONU tem se dado no âmbito do Conselho Econômico e Social. Entretanto, a exposição de Neiva Tavares demonstra como diferentes organizações têm buscado o aumento do escopo de sua atuação, na tentativa de estender seus trabalhos, sua influência e participação a comitês da Assembléia Geral e aos mais diversos órgãos, até mesmo ao Conselho de Segurança. Um breve tratamento é dedicado ao relacionamento das ONG's com a Organização Mundial de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual e a Agência Internacional de Energia Atômica, explicitando em cada caso as suas especificidades e possibilidades. Por último, também é caracterizado o relacionamento entre as ONG's e o Secretariado da ONU. O autor demonstra fôlego ao sistematizar uma grande quantidade de informações sobre cada um dos temas, apresentando uma rica amostragem de exemplos práticos. Quando necessário, recorre-se à bibliografia predominante em cada um deles, apresentando-se o seu estado da arte.

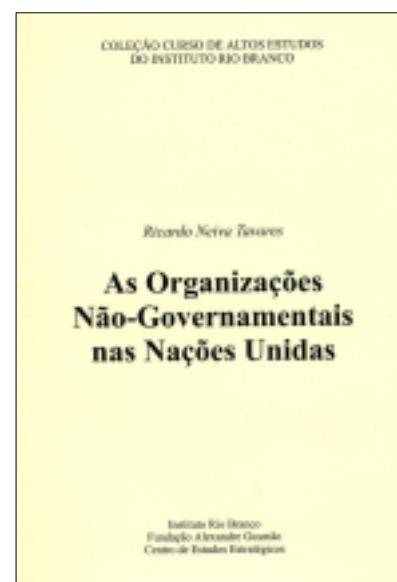
Finalmente, a terceira parte no texto se caracteriza por uma instigante discussão sobre a legitimidade e a representatividade das ONG's na vida internacional e sua influência sobre o multilateralismo e a vida dos Estados.

As ONG's não surgiram neste século, e no entanto é em sua segunda metade que se pode observar a sua consagração como um tipo de organização efetivamente participante e relevante na ordem internacional. A proliferação numérica e a diferenciação funcional das ONG's nas últimas décadas são um dos fenômenos mais apontados pelos analistas de Relações Internacionais que buscam descrever e entender a realidade internacional da atualidade. Tais organizações, como mostra Neiva Tavares, têm buscado interagir cada vez mais dentro do aparato institucional da ONU, e provocam importantes discussões sobre a sua legitimidade no trato face a face com os Estados membros, tanto na negociação dentro dos fóruns multilaterais, quanto na implementação de projetos que suscitam um mandato tradicionalmente restrito à presença estatal. Também, nesta terceira parte, apresenta-se o histórico do debate na Assembléia Geral e a posição do governo brasileiro até o fechamento da obra, no ano de 1997.

À guisa de conclusão, o autor demonstra ceticismo em relação a posicionamentos excessivamente favoráveis às vontades das ONG's em certos aspectos da vida estatal, argumentando que, muitas vezes, existem condições em que a presença de tais organizações é eficiente, útil e salutar, mas, no entanto, em outras, " (...) as ONG's carecem de responsabilidade e revelam ambigüidades no tocante à sua representatividade e legitimidade. Nesse contexto (...)", prossegue, " (...) a supervisão do Estado e da sociedade em geral à sua atuação constitui medida natural, pois, entre outros fatores, essas organizações não são necessariamente tão eficientes quanto se julgam, tão honestas quanto parecem, nem tão autônomas quanto desejam",(p.184).

COLEÇÃO CURSO DE ALTOS ESTUDOS DO INSTITUTO RIO BRANCO

Ricardo Neiva Tavares

As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas

* TAVARES, Ricardo Neiva. *As organizações não governamentais nas Nações Unidas.* Brasília: FUNAG; Instituto Rio Branco; Centro de Estudos Estratégicos, 1999. 204 p.

** Bacharelando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

A Diplomacia Brasileira perante a questão da saúde*

Indira Bastos Marrul**

A evolução dos temas sociais, especialmente o tema da saúde, na agenda internacional, tem sido comumente utilizada por diplomatas como forma de comprovar a necessidade de uma postura mais atuante do Itamarati frente a essas questões.

Ernesto Otto Rubarth, diplomata que teve grande atuação nas conferências que compõem a "agenda social" da ONU, procura demonstrar em sua obra que, nos últimos anos, como conseqüência da preocupação generalizada da comunidade internacional a respeito da deterioração das históricas desigualdades sócio-econômicas dos países em desenvolvimento, a importância dos temas sociais na esfera internacional cresceu significativamente. Ademais, o autor justifica a intensificação desse processo como resultado do aparecimento de graves problemas sociais nos países desenvolvidos, resultando em uma mobilização de todos os países para buscar, em conjunto, soluções de alcance universal para esse desafio, sobretudo através das conferências sobre temas globais promovidas pela ONU, que formam sua "agenda social".

Entre os seus principais argumentos estão o fim da fragmentação dos temas da agenda internacional, ou seja, uma maior integração entre temas econômicos, de segurança e sociais, com o fim da predominância dos dois primeiros e a consolidação de concepções inovadoras que trata o indivíduo como objetivo último e o centro de qualquer estratégia, baseada isso tudo na nova idéia de desenvolvimento.

Partindo de um histórico bastante consistente, o autor apresenta as conferências globais da década de 90 como resultado, principalmente, de três fatores: a crise do *welfare state*, a globalização e a integração regional; além disso, conferências são apresentados como indutoras da formação de uma agenda social da ONU mais consistente e com maior efetividade. Os seis encontros (Conferência sobre Meio Ambiente (1992), Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (1993), Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994), Conferência Mundial para Desenvolvimento Social (1995), Conferência Mundial sobre a Mulher (1995) e Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos (1996) deram uma ênfase especial à questão do desenvolvimento. Desta forma, elas ofereceram um novo direcionamento para os esforços internacionais, inclusive na área política, em prol do desenvolvimento social e forneceram referências para a atuação dos Estados na área social.

Como conseqüência, o conjunto de estudos, que foi resultado dessas conferências, propiciou uma profunda mudança na concepção tradicional de desenvolvimento, passando a tratá-lo com ênfase em sua dimensão social. Isso denota um movimento vigoroso de preocupação da comunidade internacional com os temas sociais e o reconhecimento de que as possíveis soluções para essas questões exigem compromissos compartilhados por todos os países para serem efetivadas. Tudo isso, claro, não teve efeito imediato, mas configurou um primeiro passo para uma nova atuação da comunidade internacional.

Especialmente com relação aos temas de saúde, o autor expõe que o tratamento dessas questões vem se ampliando significativamente. Nos foros multilaterais, regionais e bilaterais, ao longo dos últimos anos, foram sedimentando-se "(...) reflexões e conceitos inovadores do papel social, das repercussões econômicas e das dimensões internacionais da área da saúde". O resultado mais visível desse processo é o reconhecimento, atualmente generalizado, de que assuntos sanitários vêm, progressivamente, ramificando-se e hoje não só influem como são afetados por várias outras atividades, com repercussão no plano internacional.

Mais especificamente quanto à posição e à atuação do Brasil e de sua diplomacia, a sua participação pode ser considerada bastante ativa, especialmente, no que diz respeito à busca por uma maior ligação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. No período estudado, Rubarth mostra um acumulo de capital diplomático bastante significativo para o Brasil, o que possibilitou um maior usufruto das oportunidades inovadoras de cooperação que todo esse ciclo de conferências vem oferecendo.

Além disso, a interlocução, que foi estabelecida nesse período, fortaleceu as posições defendidas no exterior pela diplomacia brasileira e deixou claro que, "(...) embora a formulação e a execução de políticas sociais não sejam atributos do MRE, ele pode, com eficácia e competência, servir de elo de ligação entre as aspirações da sociedade nessa área e a comunidade internacional". O autor propõe, ainda, que particularmente no caso da saúde, ser imprescindível o trabalho em conjunto entre os negociadores diplomáticos, as autoridades sanitárias e os especialistas para "(...) identificar as questões centrais, os riscos, as oportunidades e as ameaças que configuram esse novo campo de ação".

A apresentação dessa postura inovadora para a política externa brasileira é um dos pontos altos da obra, contudo, o autor fica a dever uma discussão mais aprofundada em relação à real existência de interesse, por parte da Chancelaria, para a consecução dessa nova linha de atuação.

É interessante notar que esses argumentos são corroborados quando são analisadas as negociações internacionais correntes em matéria de saúde. O autor argumenta, de forma bastante explícita, que "(...) existe uma oferta abundante de cooperação em temas importantes para o avanço de pesquisas médicas no Brasil (...), mas sua implementação tem sido inviabilizada, até agora, pela falta de recursos de ambas as partes". Essa falta de recursos vai muito além da simples ausência de recursos materiais; ela significa, também, que falta articulação dos interesses dos países envolvidos na cooperação. Com isso, ele demonstra que a participação resoluta do Itamarati em negociações que envolvam temas de saúde é plenamente justificada e, mais do que isso, é absolutamente necessária.

Os numerosos cenários, apresentados no decorrer da obra, indicam que a incorporação de temas sociais na prática da diplomacia amplia a capacidade de interlocução externa do País, oferecendo caminhos inovadores para se aprofundar e se alargar o conteúdo da cooperação com os demais países. A ampliação da atuação em novas áreas, como a área da saúde, reforça a legitimidade da Chancelaria e a aproxima das demandas sociais, tornando-a uma "diplomacia pública".

Em conclusão, o autor propõe uma atuação mais incisiva do Itamarati frente aos temas sociais e afirma que o envolvimento sistemático do Itamarati com os temas sociais constituiria um imperativo do regime democrático, fortaleceria a credibilidade externa do País e significaria a decisão da Chancelaria de se utilizar de uma estratégia internacional para modificar situações internas inaceitáveis, com uma abordagem que ressalta as interconexões entre as políticas externa e interna.

---

* RUBARTH, Ernesto Otto. *A diplomacia brasileira e os temas sociais: O caso da saúde.* Brasília: FUNAG-CEE, 1999. 244 p.

** Bacharelanda em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

A Política Indigenista Brasileira em face de 5 séculos[*]

Marcos Neiva[**]

Em razão da comemoração dos 500 anos da chegada dos portugueses ao território brasileiro, há muito não se presenciava tanto destaque à questão indígena local. Ainda neste ano, o Congresso Nacional deve colocar em pauta, em regime de urgência, o projeto do Novo Estatuto das Sociedades Indígenas, que está parado há oito anos. Neste contexto, o Ministro Enio Cordeiro publicou *Política indigenista e promoção internacional dos direitos das populações indígenas*, resultado da dissertação defendida no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco/MRE, em 1993.

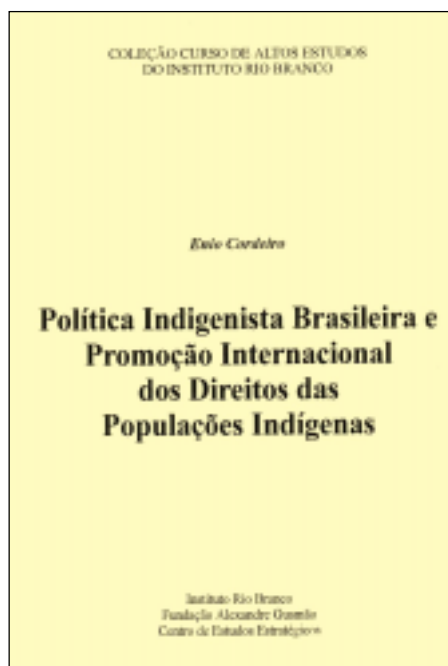
O autor apresenta um texto bem escrito e enxuto, trazendo uma reflexão sobre a política indigenista no Brasil nestes 500 anos. Aborda a preocupação do país em relação ao grau de exposição e de vulnerabilidade externa da política internacional brasileira no tocante a esta questão. Por exemplo, no relacionamento do país com as instituições multilaterais de financiamento e com organismos internacionais, como Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas e Comissão Interamericana de Direitos Humanos. No primeiro e segundo capítulos, o autor analisa a política externa indigenista desde o período colonial até os chamados planos de civilização dos indígenas, no século XIX. A partir deste fato, verifica-se a nova feição da política indigenista, que deixa de ser uma questão de mão-de-obra para tornar-se uma questão de terras.

O terceiro capítulo é dedicado à apreciação do tratamento dispensado aos índios brasileiros a partir da expansão econômica verificada no fim do Segundo Império até o início da República, onde se revelam as primeiras denúncias contra

COLEÇÃO CURSO DE ALTOS ESTUDOS DO INSTITUTO RIO BRANCO

Enio Cordeiro

Política Indigenista Brasileira e Promoção Internacional dos Direitos das Populações Indígenas

Instituto Rio Branco
Fundação Alexandre Gusmão
Centro de Estudos Estratégicos

o Brasil nos fóruns internacionais, devido aos freqüentes massacres de índios em decorrência do avanço da economia cafeeira em São Paulo e Minas Gerais e da instalação de imigrantes em Santa Catarina e Paraná. Estas denúncias ensejaram amplo debate nacional em torno da questão, o que resultou na criação do Serviço de Proteção aos Índios. Destaque-se, também, a necessidade da atuação institucional do Estado brasileiro na questão indígena, como forma de dar visibilidade positiva, no plano internacional. Isto teria motivado o status constitucional da questão em 1946, culminando com a criação da FUNAI – Fundação Nacional do Índio – em 1967.

Os capítulos IV e V fazem um apanhado no século XX do modelo jurídico-institucional da política indigenista brasileira. Outrossim, analisam-a o marco fundiário como eixo central da questão indígena, a questão da manutenção do equilíbrio ecológico nas terras indígenas e os impactos das ações da devastação florestal e exploração mineral à sobrevivência física e preservação cultural das comunidades, a renda do patrimônio indígena e auto-sustentação das comunidades e a atuação estatal na assistência à saúde e educacional nas comunidades indígenas. O último capítulo é dedicado ao tema da promoção internacional dos direitos das populações indígenas. O autor analisa o ressurgimento da questão indígena no direito internacional como elaboração normativa em torno da temática dos direitos humanos, que toma proporção no âmbito das Nações Unidas a partir de 1949 e na OIT, através das Convenções nº167 e nº169.

Por fim, o Ministro Enio Cordeiro aborda os esforços empreendidos pelo Itamaraty junto à comunidade internacional para neutralizar, nos foros internacionais, as denúncias sobre violações dos direitos humanos das populações indígenas brasileiras e recomenda a discussão com a comunidade acadêmica, setores governamentais e outros atores representativos da sociedade civil, em torno dos conceitos de autodeterminação, autogoverno e autogestão das populações indígenas do Brasil, tendência que ora se desenha no contexto internacional. Para o autor, apesar das dificuldades e vicissitudes com que tem se confrontado, o modelo brasileiro de proteção às populações indígenas tem logrado assegurar-lhes, em boa medida, a sobrevivência física, a reprodução cultural e a defesa dos seus direitos como partes integrantes da cidadania.

[*] CORDEIRO, Enio. *Política indigenista brasileira e promoção internacional dos direitos das populações indígenas.* Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, 1999. 171 p.
[**] Licenciado em História.

Como publicar Resenhas e Artigos de Resenhas em Via Mundi

Os arquivos com resenhas simples para o Boletim *Via Mundi* devem conter em torno de 75 linhas e os com artigos de resenhas devem conter até 180 linhas (ou 6 páginas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12. A identificação do livro deve conter o nome completo do autor, título e subtítulo, cidade da edição, editora, ano e número de páginas. As contribuições devem conter a vinculação institucional e a titulação do resenhista. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha *Assunto "Contribuição para Via Mundi"*.

Investimentos Externos no Brasil: uma abordagem contemporânea*

Heloisa Conceição Machado da Silva**

A obra do diplomata Fernando P. de Mello Barreto Filho traz o tratamento nacional de investimentos estrangeiros para o centro das preocupações relativas à inserção externa do Brasil, neste final de século.

Para o autor, os atuais fenômenos de globalização e regionalização da economia mundial caracterizam-se não somente pelo aumento do volume de exportação de mercadorias e serviços, mas também pelo crescimento de investimentos externos diretos, que excedeu tanto o da produção mundial quanto o do comércio de bens e serviços. Entretanto, ressalta o autor, nas negociações multilaterais, bem como nos acordos regionais, nenhuma atenção direta foi dispensada aos investimentos mundiais, concentrando-se os esforços nas questões de liberalização e eliminação de barreiras tarifárias ao comércio internacional. Uma das razões para essa negligência diz respeito ao fato de que, ao negociarem regras para o comércio, os países estão negociando o ingresso de produtos sem abrir mão do poder de exercer controles na fronteira. Já ao negociarem regras sobre investimentos, os países temem abrir mão de sua soberania no que diz respeito à jurisdição sobre empresas dentro de seus próprios territórios.

Nessa perspectiva, Fernando Barreto Filho examina a questão a partir do tratamento concedido pelo governo do país receptor aos investimentos ou aos investidores. Especificamente, a análise concentra-se no exame da legislação brasileira sobre o tratamento de investimentos estrangeiros à luz das tendências dos principais instrumentos multilaterais ou regionais sobre a matéria.

Nessa linha, as diversas questões são apresentadas em trabalho composto de quatro partes. Na primeira, são agrupados os aspectos econômicos, ou seja, o crescimento dos investimentos em escala mundial e a evolução dos investimentos estrangeiros no Brasil. Dessa forma, o autor afirma que, em termos absolutos, no período de 1983-1990, não houve um aumento de investimentos diretos no Brasil. Tal fato entraria, segundo o autor, em contraste com o aumento dos investimentos privados em escala mundial.

Para Fernando Barreto Filho, as razões para a queda dos investimentos estrangeiros no Brasil são o mercado e a legislação. No que diz respeito ao mercado, o autor ressalta que " (...) em fevereiro de 1994, o Brasil foi classificado ,pela revista inglesa *The Economist*, como o terceiro país de maior risco para a concessão de créditos, superado apenas pelo Iraque e pela Rússia. Diante de análises de risco como essa e de outros fatores que podem ter influído negativamente na captação de fluxos financeiros, tais como a dívida externa ou a inflação, poder-se-ia argumentar a razão pela qual o país se manteve, não obstante, entre os dez principais receptores (...)", (p.28).

Nesse caso, o autor ressalta o tamanho e a tradição do Brasil como país receptor de investimentos e ilustra que, entre 1986 e 1991, os seis maiores receptores de investimentos diretos, ou seja, México, China, Malásia, Argentina, Brasil e Tailândia atraíram 55% do fluxo de investimento para os países em desenvolvimento. Entretanto, se permanecerem as tendências recentes relativamente ao poder aquisitivo e ao crescimento, o Brasil poderá deixar de constar nas listas dos dez mercados mais importantes.

Em relação à tradição, o autor afirma que o "(...) Brasil como país receptor de investimentos estrangeiros também terá afetado positivamente sua manutenção na lista dos principais destinatários de capital (...)", (p.30). Assim, o Brasil, juntamente com o Chile, Colômbia, México, Índia, Coréia do Sul e Malásia, foi incluído *pela International Finance Corporation* do Banco Mundial entre os países que dispõem de padrões contábeis de qualidade internacionalmente aceitável.

Na segunda e na terceira parte do livro, são analisadas as questões jurídicas, ou seja, as regras internacionais e nacionais e suas respectivas influências na captação de investimentos externos. Com relação às regras internacionais, o autor relata a evolução das tentativas de regulamentação tanto em instrumentos bilaterais como multilaterais. Nessa linha, são abordados, por meio de uma perspectiva histórica, as tentativas de

COLEÇÃO CURSO DE ALTOS ESTUDOS
DO INSTITUTO RIO BRANCO

Fernando Paulo de Mello Barreto Filho

O Tratamento Nacional de Investimentos Estrangeiros

regulamentação de investimentos nos foros multilaterais, a posição do Brasil frente às possibilidades de acordos bilaterais e a questão das limitações impostas pela constituição de 1988 ao ingresso de capital estrangeiro.

Com relação à legislação brasileira, Fernando Barreto acredita que, embora se admita não ter a legislação nacional peso tão relevante quanto os fatores econômicos na indução ao investimento, é necessário reconhecer que as leis de um país espelham determinadas tendências de políticas econômicas. Nesse caso, como em qualquer decisão a ser tomada pelo investidor em potencial, a legislação estará sempre presente nas considerações estratégicas sobre investimentos empresariais.

Entretanto, do ponto de vista de do autor, tem-se a impressão inicial de que a legislação brasileira sobre investimentos estrangeiros não teve influência determinante sobre a decisão de investir no Brasil. Tampouco poder-se-ia, em princípio, atribuir a queda de investimentos às regras restritivas ao capital estrangeiro constantes na Constituição de 1988, pois, quando de sua promulgação, o ingresso anual de investimentos estrangeiros no Brasil já havia decrescido, em virtude de outros fatores, tais como a crise da dívida externa e a inflação.

Ainda nessa questão, o autor destaca que as liberalizações e as privatizações, ocorridas na década de 1990, não tiveram impacto no ingresso de investimentos estrangeiros. Uma possível explicação estaria no fato de que

*BARRETO FILHO, Fernando Paulo de Mello. *Tratamento Nacional de Investimentos Estrangeiros.* Brasília: Coleção Curso de Altos Estudos do Institutos Rio Branco, FUNAG, 1999. 163 p.

** Mestre e doutoranda em História das Relações Internacionais do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB).

haveria, inicialmente, menos a liberalizar e a privatizar. Não havia empresas aéreas para desestatizar, nem bancos que houvessem sido nacionalizados no passado. Segundo ele, as medidas liberalizantes tomadas após 1990 apenas tiveram efeitos sobre o fluxo de investimentos nos portfólios.

Ainda com relação às regras restritivas ao capital estrangeiro presentes na legislação brasileira, o autor ressalta que tais restrições foram eliminadas entre os anos de 1990-1992. Esses atos responderam, em boa parte, pelo ingresso de capital estrangeiro nas bolsas de valores e pelo aumento do número de investimentos realizados sob contratos de *franchising*. Na mesma linha, foram liberalizadas as transferências e remessas de lucros e dividendos. A razão para essa mudança de atitude, segundo Fernando Barreto, refere-se à crise da dívida externa brasileira. Esta teria causado tanto uma mudança na política de substituição de importações quanto uma mudança na política de captação de recursos externos. Essa evolução, do ponto de vista do autor, ocorreu, sobretudo, nos países altamente endividados da América Latina, especialmente no Chile, no México e na Argentina. Entretanto, ressalta o autor, estudos mais complexos analisam o processo de liberalização do ponto de vista das vantagens comparativas de firmas e países frente ao processo de globalização. Nesse caso, muitos países teriam adotado políticas de investimentos estrangeiros frente à impossibilidade de estabelecer competitividade em todos os setores. Dessa forma, muitos países estariam buscando liberalizar a atuação de investimentos externos, especializando as economias em áreas de maior competitividade.

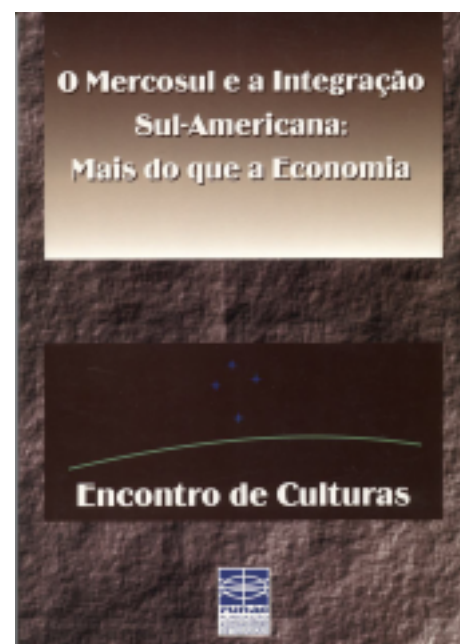
Por último, Fernando Barreto analisa a evolução do tema nos principais países e organismos internacionais, destacando a atuação dos países em desenvolvimento, da Europa e dos Estados Unidos. Com relação ao Brasil, o autor destaca os compromissos de tratamento nacional assumidos pelo País em Acordos de Promoção e Proteção de Investimentos no MERCOSUL, bem como os eventuais entendimentos do Brasil com a OCDE e o NAFTA, ressaltando a necessidade de obtenção de numerosas reservas ou exceções ao tratamento nacional aos investimentos estrangeiros.

A Nova Integração Sul-Americana*

Hellen Leonel Marques**

No final de 96, ocorreu, no Ceará, um encontro sobre MERCOSUL, com vistas a analisá-lo além da sua faceta econômica. Este encontro serviu para que fosse discutida a integração sócio-cultural e, desta forma, foram elaboradas algumas recomendações, que foram repassadas aos presidentes dos países da organização. O encontro foi registrado no livro O MERCOSUL e a integração sul-americana: mais do que a Economia, publicado em 1997. A intenção do encontro era de usar a integração econômica do MERCOSUL como catalisador para, entre outros, pensar a integração regional do ponto de vista social e cultural, buscando incrementar a troca de experiências políticas e intelectuais, debater a experiência do MERCOSUL e sua utilização como um instrumento para a definição de um paradigma de cidadania e valores regionais estimular uma reflexão positiva sobre a identidade regional, que possa conduzir a uma visão mais centrada em nossas histórias e concepções do mundo. Vários acadêmicos e intelectuais discutiram, por meio dos painéis, assuntos ligados ao tema. No livro, estão essas sugestões, dentre as quais, se destacam: a necessidade de estratégias políticas e econômicas como forma de sustentação para o plano cultural e a necessidade de colocar rapidamente em vigência o Protocolo de Integração do MERCOSUL.

Além disso, esforços devem ser realizados no sentido de se ter uma identidade regional comum no século XXI. No que se refere às línguas oficiais do MERCOSUL, pode-se dizer que esta é uma região privilegiada. Só existem duas línguas oficiais. Este é um fator de grande importância que favorece em grande medida a integração desta região. Outra questão levantada de grande importância é a elaboração da notícia internacional. Estando no processo de integração, os países integrantes devem ter sua política externa própria, que, por sua vez, deve estar de acordo com a política externa do bloco como um todo. A política externa está intimamente relacionada com a percepção da ordem mundial. Assim, para que haja efetivamente uma política externa comum, é necessário que haja uma percepção do meio internacional comum. No que diz respeito à livre circulação de material intelectual na região, medidas precisam ser tomadas com rapidez, no sentido de desburocratizar o serviço alfandegário. Deve ser facilitada a circulação de livros, material didático em geral e também de professores e outros intelectuais. Também é importante que haja circulação de material ideológico em todo o sentido da palavra. Isso inclui material político partidário que vai além da democracia mencionada no encontro.

No que se refere à formação de uma identidade regional comum, é de fato importante que haja uma, como forma de legitimar o processo de integração. É verdade que os países integrantes apresentam diferenças culturais entre si, mas não chegam a ser tão grandes. Mesmo porque as semelhanças parecem ser maiores que as diferenças. Mais uma vez, a União Européia apresenta maiores dificuldades que o MERCOSUL, no que se refere à diferença cultural. Seus países são muito mais diferentes culturalmente que os países que integram o MERCOSUL. O que falta neste sentido e que parece abranger tudo o que foi debatido e exposto no encontro é um sentimento de coletividade e de bem comum para a região, que seria conseguido através da cooperação mútua.

* FUNAG. *O MERCOSUL e a Integração sul-americana: mais do que a economia.* Encontro de Culturas e Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999. 264 p.
** Bacharelanda em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

Balanço do final do milênio*

Cristina Soreanu Pecequilo**

Em novembro de 1999, à exceção de algumas comemorações em Berlim e de seminários esparsos, a primeira década da transição da Guerra Fria passou relativamente despercebida na mídia, na sociedade e mesmo na maioria dos meios acadêmicos. Nos últimos anos, de uma forma quase que generalizada, toda a euforia de 1989 converteu-se em um misto de conformismo e aceitação à medida que as previsões mais otimistas sobre o futuro da política internacional não se concretizaram. Assim, apresentaram-se menos análises e reflexões do que o necessário sobre um período tão relevante e complexo das relações internacionais, caracterizado tanto pela continuidade quanto pela mudança. Contudo, isto não impediu que fossem publicados bons textos sobre a transição, recuperando-a e avaliando criticamente suas principais tendências e fenômenos. Dentre estes, deve ser mencionado o livro de Paulo Fagundes Vizentini: *Dez anos que abalaram o século XX.*

Estudioso da história das relações internacionais, com inúmeros livros publicados sobre o assunto, Paulo Vizentini, Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, examina em seu mais recente trabalho os desenvolvimentos do sistema internacional de 1989 a 1999, abordando o mundo do pós - Guerra Fria. Definida como um período de transição de longa duração, a primeira década depois do fim do bipolaridade é caracterizada por inúmeras transformações e por um processo de reordenamento de poder que estabelecem o perfil da ordem internacional. Três partes compõem o estudo de Vizentini: crise, reações e o fim da Guerra Fria; os perdedores (a globalização como desordem) e os articuladores da Nova Ordem Mundial.

Recuperando os antecedentes que levaram ao fim da Guerra Fria, criando condições para a queda do Muro de Berlim em 1989, a primeira parte do livro identifica os processos de mudança social, política, econômica, cultural, ideológica e tecnológica que marcaram o sistema desde a década de 1970 e a sua influência sobre a correlação de forças dentro, fora e entre os blocos. Vizentini delineia a complexidade do cenário que precedeu e se seguiu a 1989, mostrando os efeitos da globalização e da Terceira Revolução Industrial, evitando diversas armadilhas como a afirmação incondicional da vitória do capitalismo e do desaparecimento do socialismo. Apesar do encerramento do confronto ter marcado a ascendência dos Estados Unidos sobre a União Soviética, isto não significou a morte definitiva do comunismo ou maior longevidade e fortalecimento para a hegemonia americana. Tanto vencedores quanto perdedores sofreram os efeitos de mais de quarenta anos de conflito, com reflexos sobre suas sociedades domésticas e seu posicionamento relativo.

Feitas estas considerações, os capítulos seguintes analisam em detalhes as relações internacionais atuais e os seus principais agentes, acompanhando o encaminhamento da transição. Vizentini avança na década de 1990, avaliando na segunda parte a situação dos perdedores, trabalhando com o processo de fragmentação do leste, do sul (Oriente Médio e África) e a América Latina. No que se refere ao leste, são vistas em separado as transições da Rússia e da Comunidade de Estados Independentes (CEI) e das demais nações comunistas do bloco oriental. Embora o desafio comum destas transições seja a reforma em direção à economia de mercado capitalista e ao regime democrático, os riscos de crise e as chances de sucesso são diferenciados. O potencial de instabilidade da antiga URSS é elevado, devido à total desmontagem e decadência do aparelho governamental, da política, da economia e da sociedade em todos os Estados, inclusive na Rússia, e à existência e à dispersão dos arsenais nucleares.

Mesmo as mais desenvolvidas nações da Europa Oriental como Hungria, República Checa e Polônia, freqüentemente apresentadas como modelos, têm experimentado queda em seus padrões econômicos e sociais, aumentando a insatisfação e a desconfiança da população. A tão alentada "universalização" do regime liberal-democrático é bem mais lenta e complexa do que previsto: não somente as sociedades pós-comunistas têm dificuldade em integrar-se ao Ocidente, como têm se revelado os limites do Oeste em promover esta inserção (mesmo depois da recente expansão da OTAN). Adicionalmente, são consideradas as formas renovadas de nacionalismo que emergem e a instrumentalização política de seus valores e princípios em resposta aos dilemas dos Estados nacionais cada vez mais frágeis. Em particular, enfoca-se o caso das guerras e da desintegração da Iugoslávia e as reações da comunidade internacional frente a esta questão. Tais reações, invariavelmente acompanhadas pelo discurso humanitário, são, na verdade, respostas a problemas estratégicos concretos em um continente chave, o europeu (a indignação frente aos acontecimentos nesta região não se repete em crises semelhantes em zonas de menor importância). Outro aspecto levantado pelo texto que merece ser destacado é o surgimento de uma Nova Idade Média.

Fora da Europa Oriental, os outros perdedores da nova ordem localizam-se nos continentes americano e africano e no Oriente Médio, no qual são examinados os problemas relativos ao mundo árabe, Irã, Iraque (e a Guerra do Golfo) e aos acordos de paz entre Israel e os palestinos. Com referência à América Latina, o autor aponta os processos de transformação política e econômica interna impulsionados a partir da segunda metade da década de 1980, visando reintegrar a região ao mundo. Todavia, as tentativas de reforma destes países, orientadas segundo os princípios do neoliberalismo, ao buscar enquadramento às regras do sistema e, idealmente, um tratamento melhor dos

* VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Dez anos que abalaram o século XX: a política internacional de 1989 a 1999.* Porto Alegre: Novo Século,1999. 208 p.
** Mestre e Doutora em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo (USP).

países ricos, vêm enfrentando inúmeros pontos de estrangulamento e fracassos. Em especial, o MERCOSUL e a atuação do Brasil são analisados, mostrando as respostas periféricas que vêm sendo dadas à globalização, sem deixar de indicar os constrangimentos impostos pela presença dos Estados Unidos.

Um tema de estudo de particular interesse desenvolvido nesta segunda parte é a situação da África, examinando-se sua trajetória da marginalização à reafirmação entre os anos de 1980 a 1990. Vizentini discute a desestrategização e tribalização dos conflitos no continente, avaliando a sua posição na nova ordem mundial. Ao analisar a África, não é possível que utilizemos os mesmos referenciais e parâmetros que normalmente se aplicam a outras regiões, devendo-se atentar a suas particularidades e ao diferente tempo histórico no qual se encontram as transições de seus países. A existência de potências em ascensão como a África do Sul não pode ser visto como um desenvolvimento global, como demonstram os demais problemas políticos e sociais que continuam a eclodir por todo o território. Muitas nações do continente passam hoje por um processo de construção de Estados nacionais semelhante em intensidade e violência ao europeu dos séculos anteriores, existindo um longo caminho a percorrer para a consolidação da paz e da estabilidade. Assim, é preciso compreender esta singularidade e avaliar as crises e progressos africanos em seu contexto.

Por fim, na terceira parte, o autor apresenta os "vencedores" da Guerra Fria, ou seja, os países e regiões que articulam a nova ordem mundial e definem os parâmetros da transição de longa duração. A despeito das previsões sobre o seu declínio relativo, os Estados Unidos surgem como os principais agentes da construção e manutenção da ordem internacional, havendo a continuidade de sua hegemonia. Atualmente, os desafios à preservação desta hegemonia e a sua reprodução residem em dois fatores: os domésticos e os externos. Domesticamente, como única superpotência restante, os Estados Unidos deparam-se com a necessidade de reformular suas estratégias em uma época na qual se acentuam as pressões internas pelo desengajamento. Paradoxalmente, a reafirmação das estruturas de poder externas provoca um crescente enfraquecimento e a terceiro-mundialização do país. Além disso, existe um processo simultâneo de alterações nas raízes políticas e humanas da sociedade, alterando o seu perfil e influenciando a formulação dos interesses nacionais.

De acordo com Vizentini, além de ter de administrar estas questões internas, os Estados Unidos encontram-se pressionados pela transição do sistema. E, neste sentido, entramos no segundo nível de desafios à hegemonia: o externo. Tal transição indica, apesar da proeminência, a diluição cada vez mais generalizada do poder mundial, marcando o surgimento de uma fase pós-hegemônica. Desta forma, o grande dilema americano não é somente reformar a sociedade e gerar o consenso doméstico, mas preparar a sua liderança global para ser exercida a custos decrescentes em um cenário que tende à multipolaridade. Como resposta, têm apostado na estratégia do engajamento e da expansão, amparada na retórica da expansão dos valores e princípios do liberalismo. Em termos práticos, a OTAN aparece como o instrumento político e estratégico preferencial, passando por uma revisão de sua missão.

A multipolarização cria dois focos de ameaça aos americanos, nascidos dentro e fora da ordem. Dentro da ordem, a contestação provém dos antigos aliados da Guerra Fria, em especial da União Européia (UE), com espaço para o Japão. O sucesso e o aprofundamento da UE criarão, como já o estão, importantes alternativas econômicas e políticas ao poder americano. A tentativa de reformular a OTAN, a sua ascensão como meio de poder e as discussões sobre uma identidade própria de segurança européia são apenas algumas instâncias desta nascente disputa de influência, que ainda se estende ao campo econômico e às diferentes iniciativas de integração patrocinadas pelo Norte. Estes projetos, seus objetivos e características são examinados à parte no capítulo sobre globalização e regionalização, avaliando-se a UE, o NAFTA e a ALCA.

Entretanto, o desafio europeu é proporcionalmente menos ameaçador que o da Ásia Oriental, cujo pivô é a China. No final dos anos 1990, estamos assistindo à primeira demarcação de fronteiras entre o Ocidente e o Oriente para decidir as regras de poder político e econômico futuros, conforme a análise. A China traz um novo tipo de oposição à ordem mundial que pode representar respostas positivas aos fluxos de desintegração e exclusão gerados pela modernidade. Apesar de ainda embrionário, o modelo híbrido de uma economia socialista de mercado pode eventualmente colocar-se como uma alternativa de sociedade, economia e política para a Ásia e o restante do sistema. Porém, a sua concretização dependerá de uma administração interna e externa cuidadosa da parte do regime chinês, da definição clara e soberana de seus objetivos e do tipo de resistência que os Estados Unidos e o Japão oferecerão, respectivamente, em nível global e regional. Como sugestivamente indica o título deste último capítulo, talvez o mais instigante do texto, assistimos hoje ao processo de ascensão e contenção da Ásia Oriental.

A investigação de Vizentini oferece uma avaliação completa e bastante interessante do quadro do pós - Guerra Fria, sugerindo uma série de indagações e temas de pesquisa. Trata-se, assim, não somente de uma mera revisão dos acontecimentos históricos, como de uma análise crítica que permite ao leitor identificar as contradições e tendências presentes no sistema. Mais do que às promessas, devemos estar atentos às implicações da globalização e da revolução científica e tecnológica que questionam as estruturas existentes, sem trazer novos parâmetros e aumentam a exclusão e a desigualdade global. Os últimos dez anos abalaram o século XX e precisamos compreendê-los e enfrentá-los com projetos estratégicos claros para que não sejamos inevitavelmente tragados pela estagnação, regressão e violência, como lembra o autor. Afinal, a dificuldade de encontrar alternativas não nos exime de procurá-las.

O Boletim *Via Mundi* é uma publicação digital veiculada exclusivamente em *RelNet* - Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais, iniciativa conjunta do REL-UnB e da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (FUNAG-MRE), com o objetivo de congregar a comunidade brasileira de relações internacionais em torno da oferta pública e gratuita de serviços de informação e de pesquisa (disponível em http://www.relnet.com.br).

Cronologias no cenário internacional*

Virgílio C. Arraes**

A área de relações internacionais é pouco explorada editorialmente no Brasil. Embora, nos últimos anos, haja um aumento gradual de novos cursos de graduação ligados a este ramo do conhecimento e a consolidação, *pari passu*, dos programas de pós-gradução, como os da Universidade de Brasília, a ausência de publicações de trabalhos acadêmicos permanece.

Mais recriminador ainda é a situação de obras relacionadas à política externa do Brasil, visto que, com as últimas inovações tecnológicas, o acesso a livros estrangeiros ficou facilitado. Assim, a *Cronologia das relações internacionais*, trazida a lume pelo diplomata Eugênio Garcia, vem preencher lacuna importante como fonte de balizamento e consulta na área à medida que as cronologias de política externa da Brasil se dirigem a períodos ou assuntos mais específicos, por meio de anexos ou apêndices nas obras editadas ou nos trabalhos de pós-graduação.

A cronologia é uma ciência auxiliar da história, que registra os acontecimentos mais importantes. Em relações internacionais, suas fontes mais comuns são as narrativas e documentos diplomáticos, que fornecem as datas precisas dos fatos. Ela propicia um vasto panorama da história universal, com o intuito de resgatar ou realçar os aspectos mais importantes. A obra mencionada abarca o período histórico a partir de 1492, com a chegada do genovês Colombo ao continente americano, quando o Brasil ainda não existia formalmente, até 1998, último ano da primeira gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso. O autor combina fatos gerais da história das relações internacionais com os acontecimentos mais marcantes da história brasileira.

Como o próprio autor destaca, trabalhos dessa natureza são (e devem ser) limitados, quer em função da necessidade de estabelecer limites temporais, quer em razão da delimitação dos assuntos sob pena de se tornarem exaustivos e dispersos, figurando de modo cansativo e desinteressante para o leitor. Não é este o caso do livro do historiador Eugênio Garcia, o qual conseguiu conciliar clareza com objetividade, facilitando ao leitor a localização dos eventos com a inclusão de um índice remissivo, outro recurso editorial posto à margem, freqüentemente, nos títulos da área.

Trabalhos deste porte, que são extremamente populares na Europa, estão constantemente sob o crivo de acréscimos e retificações, além de revisões de praxe, dado que a dinâmica inexorável da realidade elege consigo a renovação dos eventos e fatos, o que acarreta mudanças no julgamento histórico. Cite-se, como exemplo, o fato de que a importância da Europa Oriental era maior proporcionalmente na época da Guerra Fria do que hoje, já desatrelada do extinto bloco soviético, e sem o clima bipolar daquele momento. A formação do MERCOSUL levou os estudiosos brasileiros a voltarem mais

Nota aos Autores de Livros e Editoras

O Boletim *Via Mundi* é alimentado pelas contribuições autônomas de professores, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação e profissionais ligados à área, que produzem resenhas e artigos de resenhas sobre os últimos livros publicados no Brasil e no exterior sobre assuntos de interesse para a área. Além disso, o Boletim *Via Mundi* conta com a colaboração permanente de um corpo de professores e estudantes de mestrado e doutorado dos Departamentos de Relações Internacionais e de História da Universidade de Brasília, que produzem constantemente resenhas sobre a produção bibliográfica recém-lançada no mercado editorial brasileiro. Se a sua editora deseja ver os lançamentos da área de relações internacionais e áreas conexas resenhados e divulgados em *Via Mundi*, envie pelo menos um exemplar para o seguinte endereço:

RelNet - Site Brasileiro
de Referência em Relações Internacionais
http://www.relnet.com.br).
Boletim Via Mundi
Departamento de Relações
Internacionais - Universidade de Brasília
Caixa Postal 04359
Brasília - DF - 70910-970
Brasil

Editor: Virgílio C. Arraes

Conselho Editorial:
Antônio Carlos Lessa
Antônio Jorge Ramalho da Rocha
Alcides Costa Vaz
Carlos Roberto Pio da Costa Filho
Cristina Yumie Inoue

Diagramação e Editoração Eletrônica:
Samuel Taboza de Castro
9956-1028

* GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2000, 223 p.
** Mestre em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

esforços para os países vizinhos do que em determinadas épocas.

Contudo, alguns pontos basilares da história universal poderiam merecer uma explicação mais encorpada ou um destaque maior como a Paz de Vestfália (1648), que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos, de grande significado para a história dos Estados nacionais, ou as duas guerras mundiais, por exemplo, ainda que o autor justifique isto, na ótima nota de apresentação elaborada, página xiv, "(...) para evitar áreas de controvérsia historiográfica, cuja superação demandaria muito mais do que o escopo limitado de uma cronologia (...)".

Para o leitor iniciante no assunto (principalmente, estudantes de graduação), o livro, ao utilizar siglas, poderia ter sempre colocado o seu significado (como, na pág. 64, quando aborda os Acordos de Complementação Econômica, ACE, mas não o faz, ao mencionar o Acordo START, relativo à redução de mísseis entre EUA e URSS, por exemplo, pág.180). Há casos como o das tentativas turcas de subjugar a Europa, que ora figuram, ora não: o cerco a Viena, de 1683, é citado, no entanto, a batalha naval de Lepanto, de 1571, não. A retirada de 255 brasileiros, durante a Guerra do Golfo, negociada pelo Embaixador Flecha de Lima, sem desrespeitar as resoluções da ONU, também merecia ser citada, por ser um dos grandes pontos recentes da diplomacia brasileira.

Todavia, por fim, menções que não deslustram a obra, mas antes estimulam a continuar a denodada busca da superação dos limites que trabalhos deste tipo impõem a seus autores.

Guia para Investimentos Externos ao Brasil[*]

Orlando G. Panplano Jr.[**]

O governo brasileiro vem promovendo, desde 1992, uma gradual aproximação com a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nesta linha de progressivo envolvimento, o Brasil tornou-se membro pleno do Centro de Desenvolvimento e do Comitê do Aço, e, mais recentemente, membro observador do Comitê sobre Investimento Internacional e Empreendimentos Multinacionais (CIME), do Comitê de Leis e Políticas de Competição, do Comitê de Comércio, e do Comitê de Agricultura.

Investing in Brazil: a Legal and Practical Guide é publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), a firma brasileira de advocacia Noronha Advogados e a OCDE. Esta nova edição atualiza o primeiro relatório, de 1998, anteriormente publicado apenas pela OCDE. O primeiro baseava-se nos resultados de uma investigação realizada pelo Comitê sobre Investimento Internacional e Empreendimentos Multinacionais. O atual é parte do pedido brasileiro de adesão à "Declaração sobre Investimento Internacional e Empreendimentos Multinacionais" de 1976, e de participação como membro observador do CIME.

O livro procura, através de 5 capítulos e 4 anexos, apresentar um panorama das políticas e tendências de investimento externo direto (IED) no Brasil nos anos 90, fornecendo uma sólida análise da corrente situação econômica brasileira, do processo de reformas e os efeitos que ambos possuem sobre o IED.

Um dos pilares fundamentais do processo de reformas estatais no Brasil, segundo o livro, é a liberalização do investimento externo direto. O Brasil – 5º maior país e 10ª maior economia do mundo - era, até recentemente, superado por outros países, em especial, asiáticos, como destino de investimentos externos diretos. Todavia, o aumento da estabilidade macroeconômica, o desenvolvimento de políticas com vistas à liberalização e a abertura de atividades, antes reservadas ao Estado, a investidores privados e externos estimularam o ingresso de investimentos.

Os níveis relativos de influxo de capitais registrados a partir de meados dos anos 90 se equipararam aos níveis alcançados no final dos anos 70 e começo dos 80, sem, no entanto, alcançar os do começo da década de 70.

A Emenda Constitucional de 1995 eliminou a distinção entre empresas brasileiras com base no nível de propriedade externa, tornando-se componente vital para o processo de crescimento do influxo de investimentos externos diretos. A emenda faz parte da estrutura regulatória de que o país dispõe para a área. Estrutura que além de legislações específicas possui regulamentações setoriais que definem a atuação dos investidores externos.

Por fim, fatores não só internos, mas também, externos influíram na retomada do influxo de investimentos externos diretos no Brasil. Um desse fatores foi o crescimento da credibilidade brasileira no cenário internacional, fruto da atuação incisiva do governo brasileiro. Nesse sentido, a aproximação gradual entre Brasil e OCDE é de extrema importância, pois oferece uma estrutura para a expansão do relacionamento entre Brasil e os países da OCDE.

Investing in Brazil: a Legal and Practical Guide traz diversas informações sobre o fluxo de investimentos externos diretos no Brasil, além de dados estatísticos e analíticos, referentes à situação, assim como regulamentações e legislações pertinentes a área permitindo assim a compreensão e a análise do assunto. Tudo isso, aliado a uma linguagem simples, objetiva e eficiente, oferece ampla visão da questão.

---

[*] FUNAG, NORONHA ADVOGADOS & OCDE. *Investing in Brazil: A legal and practical guide.* Brasília: FUNAG, 1999. 165 p.

[**] Mestrando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).